

Três Europas face à globalização - ou para uma sociedade europeia baseada no conhecimento

Publicação: [O Mundo em Português N°60](#)

Data de Publicação: Dezembro de 2005

Autor: Maria João Rodrigues

Face à corrente imparável da globalização, que Europa queremos ser? A que se protege e resiste, a que se deixa levar ou a que navega reorientando a corrente? Eis, em suma, uma questão fulcral para o debate europeu em curso, com implicações para todas as políticas europeias, e nacionais.

1. Globalização e sociedade baseada no conhecimento

As mudanças globais em curso estão agora a projectar-se em toda a sua amplitude. A dianteira dos EUA e do Japão permanece na frente científica e tecnológica e novos gigantes económicos, como a China e a Índia, estão a emergir na exportação de bens e serviços sofisticados. A Europa mantém ilhas de excelência, mas o seu dinamismo parece travado por tendências de envelhecimento que poderão conduzir, em breve, à redução da sua população em idade activa. Em paralelo, a diversificação de proezas no domínio das tecnologias da informação ou das biotecnologias tem estado a par da incapacidade colectiva em inverter grandes tendências de degradação ambiental ou de aumento da pobreza relativa a nível mundial.

A concorrência acrescida está a reacender na Europa a confrontação clássica entre os que escolhem sacrificar a competitividade para tentar conservar os seus empregos e o seu modelo social e aqueles que preferem sacrificar este para reforçar a competitividade e abrir caminho à criação de novos empregos. O problema é que mesmo sacrificando totalmente esse modelo social nas suas componentes de protecção social, cuidados de saúde e negociação colectiva, não será possível à Europa competir com as economias emergentes, tal é a disparidade de salários. Torna-se, pois, necessária uma terceira posição, uma terceira Europa competindo com base no conhecimento, na inovação e no trabalho de homens e mulheres mais qualificados, móveis e activos e com acesso a bons sistemas de protecção social e apoio familiar. Aqui as sinergias contam mais do

que as contradições: a competitividade é necessária para reforçar o modelo social, mas este deve também contribuir para a melhorar.

Mas esta terceira Europa implica um vasto processo de reforma para renovar os factores competitivos, o modelo social e as bases do crescimento económico. Implica termos muitas mais redes de inovação associando empresas e universidades, muitos mais trabalhadores em formação contínua para novos empregos, melhores serviços de apoio à família, mas também um equilíbrio entre benefícios e contribuições para os sistemas de protecção social que seja mais justo para as várias gerações.

2. Trilemas da agenda europeia

Esta terceira Europa traduz-se também em escolhas diferentes nos temas centrais da agenda europeia, ultrapassando os dilemas tradicionais entre as duas posições clássicas:

- travar ou levar a cabo as reestruturações produtivas e a reconversão da economia europeia para novos sectores? Levá-las a cabo, mas sustentadas por políticas de inovação e de emprego que permitam combinar novos postos de trabalho com novas qualificações e desenvolver actividades mais intensivas em conhecimento;
- prosseguir ou não a abertura da economia europeia no quadro da Organização Mundial do Comércio e preparar a reconversão das economias europeias para novos sectores mais intensivos em conhecimento? Prosseguir sem dúvida, fazendo necessárias concessões na reforma da PAC, mas exigindo também o respeito de normas básicas sociais, ambientais e de propriedade intelectual;
- abrir ou não o mercado único para os serviços? Abri-lo, sem dúvida, mas de forma a respeitar as características básicas do modelo social europeu;
- reforçar ou não o Pacto de Estabilidade? Reforçá-lo, mas por forma a permitir políticas macroeconómicas mais capazes de estimular o investimento para uma sociedade do conhecimento; a acção externa da zona euro é também particularmente relevante;
- reduzir o orçamento comunitário nas despesas voltadas para o futuro (I&D, inovação, etc.) ou nas despesas de coesão regional? Nem uma coisa nem outra o que, na ausência de aumento de recursos, implica reduzir a despesa com a PAC e o cheque britânico; entretanto, a política de coesão regional deve preparar mais intensamente a transição para sociedades baseadas no conhecimento;

- prioridade ao alargamento ou ao aprofundamento? Ambos têm tido clara justificação mas, em caso algum, o alargamento deve impedir o aprofundamento político que é hoje imprescindível para a Europa governar na globalização.

Estes trilemas fornecem, porventura, uma chave de leitura para muitos dos tópicos actualmente em debate no quadro europeu. E não existem apenas duas grandes agendas políticas em confronto, existem três.

3. Concretizar a terceira Europa

Acontece que a escolha desta terceira posição começou por ser feita explicitamente aquando da definição da estratégia de Lisboa, em 2000. Desde então, a implementação desta estratégia tem-se desenrolado com concretizações e bloqueios. Concretizações como a difusão do acesso à Internet, as redes europeias de investigação, a desburocratização na criação de empresas, a abertura dos mercados financeiros e da energia, a modernização dos serviços de emprego, as primeiras reformas da protecção social e os programas de inclusão social; bloqueios face ao mercado único para os serviços, a patente comunitária, o desenvolvimento de redes de inovação, a reforma dos mercados de trabalho e a difusão da aprendizagem ao longo da vida. Estes bloqueios só podem ser vencidos por uma clarificação mais profunda de prioridades ao nível comunitário e nacional que dê força à terceira Europa, ultrapassando o debate entre as duas posições políticas mais tradicionais.

Esta clarificação tem estado no centro do debate político europeu que se trava todos os dias e que tem, aliás, de ser muito mais alargado aos cidadãos. Mas, com o balanço conduzido pela Presidência Luxemburguesa, no primeiro semestre de 2005, uma clarificação de fundo ocorreu, envolvendo pessoalmente todos os primeiros-ministros, e ministros das várias áreas cobertas por este processo, nas seguintes conclusões:

- a orientação estratégica definida em Lisboa mantém-se como a opção certa para a UE e as suas prioridades centrais são três: conhecimento e inovação para o crescimento; fazer da Europa uma região mais atractiva para investir e trabalhar; e mais e melhores empregos com coesão social;
- a implementação desta estratégia para o crescimento e o emprego deve ser acelerada ao nível europeu e nacional. Para isso, foi decidido reunir todos os instrumentos comunitários relevantes num chamado Programa comunitário de Lisboa. Mas, ainda mais significativo, foram pela primeira vez adoptadas linhas

directrizes comuns para a política económica e social, que devem ser traduzidas para a realidade de cada país sob a forma de programas nacionais para o crescimento e o emprego. Estes estão precisamente agora a ser concluídos em todos os Estados membros, num exercício inédito de coordenação de reformas económicas e sociais;

- os instrumentos financeiros disponíveis devem ser revistos para apoiar a implementação desta estratégia. É o que tem vindo a acontecer nos últimos meses, com a revisão sucessiva do Pacto de Estabilidade e de Crescimento, da regulamentação das ajudas de Estado, dos instrumentos do Banco Europeu de Investimentos e das linhas directrizes para a nova geração de fundos estruturais;
- têm vindo a ser dados os primeiros passos para o que se pode chamar a «dimensão externa» da estratégia de Lisboa, promovendo-a activamente junto dos parceiros internacionais. Com efeito, ela dificilmente poderá ter sucesso, senão existir um movimento global de convergência para melhores padrões sociais, ambientais e de valorização do conhecimento nas suas várias formas. Deste ponto de vista, vale a pena sublinhar as novas orientações recentemente adoptadas pelo Brasil para a sua agenda de desenvolvimento, e pela República Popular da China para o seu novo plano quinquenal.

A estratégia de Lisboa para o crescimento e o emprego está agora em condições de fornecer muitos dos instrumentos para construir a terceira Europa face à globalização. Mas esta construção deixou de ser um assunto só para os decisores europeus. Passou a ser um assunto para todos nós.

<http://www.europa.eu.int/growthandjobs/>

<http://www.cnel.gov.pt/>